

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Dezembro de 2018

A MENSAGEM DA DIREÇÃO

Apesar do ano de 2018 e também o quadriênio 2015-2018 da administração do Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS vimos nos apresentar aos empresários, produtores rurais, gestores públicos municipais, trabalhadores e à comunidade rio-grandense em geral para transmitir-lhes os resultados do exercício de 2018 e os destaques do ciclo quadriênal de gestão que ora se conclui.

Os resultados do trabalho da gestão 2015-2018 do Badesul dispostos neste relato refletem o conjunto de ações e o momento econômico pelo qual passamos. Os colaboradores e a diretoria, cuja composição atual foi reestruturada em junho de 2018, trabalharam de forma coletiva e insuscetível para cumprir a sua missão institucional e fortalecer as dimensões operacionais, financeiras e administrativas desta Agência de Fomento. Ao lado dos muitos acertos registraram-se alguns problemas de percurso, o que nos propiciou muito aprendizado, provendo mais solidez aos processos decisórios e ao conhecimento coletivo da organização, tornando-a mais apta a enfrentar e a superar os desafios do seu futuro e dos seus públicos relevantes.

É importante mencionarmos que todo o processo de implementação da Nova Lei das Estatais, com a reforma estatutária, adequação da estrutura organizacional, publicação de novas políticas e programas e a realização de treinamentos, foi concluído em 2018, mantendo esta instituição financeira de economia mista em direção à plena conformidade com seu sistema regulatório.

As adequações provenientes da Lei e o novo perfil de gestão adotado pela alta administração fortaleceram o sistema de Governança e Compliance do Badesul, a partir de novas ações frente à gestão integrada de riscos, levantamento e adequação de controles, além de importantes iniciativas para o aprimoramento dos mecanismos referentes à Ética e Integridade.

Dentre os destaques, institucionalizamos o Programa Badesul de Sustentabilidade, que assume papel relevante no âmbito interno, mas também junto aos clientes e à sociedade, com ampla participação da alta administração, colaboradores e fornecedores.

Após o final de 2018 construímos o Planejamento Estratégico 2019-2023 que norteará nossa atuação nos próximos exercícios, focando a inovação e os setores portadores de futuro.

Cabe destacar que a melhoria dos resultados do Badesul no quadriênio 2015-2018 deve-se ao apoio do Estado do Rio Grande do Sul, Acionista Maioritário da Instituição, bem como de seus conselheiros, colaboradores e parceiros. A todos, nossos sinceros agradecimentos.

Transmitimos, principalmente, nossos agradecimentos aos clientes do Badesul, que são a razão da sua existência e cujas decisões de investimento sustentam a confiança dos rio-grandenses no seu futuro. Entendemos ainda os agradecimentos aos parceiros vinculados às fontes de recursos financeiros desta Instituição, em especial ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, pela sua relevância no crédito ao desenvolvimento no Brasil e no RS, mas também à Finep - Financiadora de Inovação e Pesquisa, à Caixa Econômica Federal - CEF e ao Ministério do Turismo, gestor do Fungetur.

Jeannette Halmenschlager Lontra
Diretora-Presidente

A SITUAÇÃO DA ECONOMIA

Expectativas sobre o Cenário da Economia Internacional
A economia mundial apresentou taxa média anual de crescimento de 2,8% ao longo do período 2015-2017 (com expectativa de crescer 3,0% em 2018). Espera-se que continuará crescendo a taxas sustentáveis médias no patamar em torno de 3,3% ao ano no horizonte de 2019 e de 2020, apoiada no desempenho das economias avançadas e dos mercados emergentes (ou economias em desenvolvimento). Espera-se que a taxa de inflação se manterá em patamar médio entre 3,0 e 3,5% ao ano, na economia mundial.

Expectativas sobre o Cenário da Economia do Brasil
A economia do Brasil atravessou em 2017 e em 2018 períodos marcados por recuperação gradual e lenta da profunda recessão que sobre ela se abateu em 2015-2016. A inflação refletiu até abaixo do patamar inferior ao centro da meta e espera-se que permanecerá na meta nos próximos anos, mas o desemprego ainda se manteve elevado em 2018, com expectativa de continuidade da sua lenta recuperação em 2019 e nos anos seguintes. Os juros básicos da economia, que encerraram 2017 no patamar de 7,0% a.a., com viés decrescente, encerraram-se em 6,5% a.a. em 2018, com a continuidade de sua redução sujeita às limitações impostas pela restrição fiscal e por incertezas cambiais. O crescimento foi ainda abaixo do PIB em 2018 e deverá seguir moderado no quadriênio 2019-2022. Esta expectativa de crescimento moderado é fruto, de um lado positivo, da inflação dentro da sua meta e de situação cambial mais favorável às exportações e à produção interna. De um lado negativo, é fruto da incerteza quanto ao gerenciamento da grave situação fiscal do Brasil. Enfatiza-se que, enquanto não for resolvida a fragilidade fiscal do País, iniciada no quadriênio 2011-2014 e aprofundada no quadriênio 2015-2018, esta continuará a ser o principal obstáculo ao dinamismo da economia do Brasil.

Expectativas sobre o Cenário da Economia do Rio Grande do Sul
Como decorrência do cenário referenciado para a economia brasileira, espera-se que a economia do Rio Grande do Sul também apresente, em 2018, assim como ocorreu em 2017, lenta recuperação frente à recessão, mas, no quadriênio 2015-2018, ainda apresentará um desempenho médio anual negativo. No que se refere à indústria, principal setor da economia gaúcha que foi atingido pela recessão do Brasil e, mesmo antes, pela política cambial do país, o desafio consistiu na manutenção e na recuperação do que foi possível em 2018. Para 2019 e nos anos vindouros acrescenta-se a necessidade de modernização dos seus setores tradicionais, ao lado do advento e expansão de atividades de conhecimento intensivo e de média e de alta tecnologia, com o fito de a economia gaúcha renovar o dinamismo das suas fontes históricas de crescimento, melhorar o seu perfil tecnológico e sua produtividade, ao mesmo tempo em que deverá dar vazão à capacidade empreendedora dos gaúchos. Quanto ao setor agropecuário, projeta-se a continuidade da sua importância para a sustentação do PIB do Rio Grande do Sul, para o que será imprescindível a continuidade da agregação de tecnologia e a minimização dos efeitos de estagios, mediante a continuidade dos investimentos em acumulação de água, irrigação e produtividade. No que tange aos serviços, que detêm a maior participação na formação do valor agregado da economia do RS, o seu dinamismo vincula-se, em grande parte, ao comportamento dos demais setores. Neste aspecto, enquanto se manter a fragilidade das finanças públicas estaduais, o setor público rio-grandense continuará a ser um freio ao crescimento no médio prazo e ao próprio desenvolvimento do Rio Grande do Sul, de forma tão ou mais grave do que ocorre na esfera federal.

O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - MAPA ESTRATÉGICO 2015-2018

As diretrizes que orientaram as ações do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, gestão 2015-2018, encontraram-se definidas no seu Mapa Estratégico, cujo objetivo geral foi: Vivir um novo ciclo de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida no Estado do Rio Grande do Sul. A execução desse objetivo de governo esteve amparada em quatro eixos de desenvolvimento:

- Eixo Econômico, voltado a gerar novo ciclo de desenvolvimento sustentável;
- Eixo Social, voltado a reforçar e ampliar as garantias dos direitos sociais;
- Eixo de Infraestrutura e Ambiente, voltado a prover as condições de infraestrutura necessárias ao pleno desenvolvimento sustentável e regional;
- Eixo de Governança e Gestão, voltado a produzir resultados por meio do planejamento e integração das políticas públicas.

O BADESUL - DIRETRIZES PRIORITÁRIAS 2015-2018

Na qualidade de Agência de Fomento do Governo do Estado para a execução das suas prioridades de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, o Badesul, em 2015-2018, pautou a sua atuação operacional e institucional conforme as diretrizes que se seguem, estabelecidas de acordo com o Mapa Estratégico e a Política de Desenvolvimento do Governo do Estado.

- Modernização de Setores Tradicionais da Economia Gaúcha.
- Indução de Novas Economias na Estrutura de Produção do Rio Grande do Sul.
- Dinamização de Economias de Cidades e Regiões do RS.
- Alavancagem da Infraestrutura Estadual.

Os temas transversais que passaram as prioridades citadas foram: inovação tecnológica; sustentabilidade (eficiência em energia, no uso da água, no uso de insumos e na reciclagem de resíduos, em especial); aumento da produtividade; advento e consolidação de empresas de base tecnológica; parcerias público-privadas; criação de

competências; modernização de gestão e upgrade de políticas públicas. Os instrumentos mobilizados à execução das estratégias e prioridades descritas foram os produtos e serviços que definem as áreas de negócios do Badesul.

O BADESUL - PERFIL INSTITUCIONAL

O Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS é uma sociedade anônima de economia mista de capital fechado, com controle acionário do Estado do Rio Grande do Sul, que possui 99,99% do seu Capital Social totalmente integralizado e representado por ações ordinárias nominativas.

O Badesul é uma Instituição Financeira constituída como Agência de Fomento, na forma dada pela Resolução nº 2.828 do Conselho Monetário Nacional, dedicada ao financiamento e à promoção de investimentos voltados ao desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul, cujo território delimita a área geográfica de atuação da Instituição.

O Badesul, por ser uma Instituição Financeira da Administração Indireta do Poder Executivo Estadual, relaciona-se com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul mediante a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, cuja anterior denominação foi Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia.

Os produtos e serviços financeiros operados pelo Badesul, com seus públicos relevantes, são os que se seguem.

- Crédito Empresarial: Empresas Industriais e de Serviços.
- Crédito Público: Prefeituras Municipais.
- Crédito Rural: Produtores Agropecuários, Agroindústrias.
- Crédito à Inovação: Empresas Inovadoras.
- Participações: Fundos de Investimento Privados.
- Serviços: Governo do Estado, Fundos Públicos Estaduais e Prefeituras Municipais.

Os produtos financeiros operados pelo Badesul correspondem, essencialmente, às linhas de crédito e programas de financiamento oferecidos pelo Sistema BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Subsidiariamente, o Badesul capta recursos da CEF (Caixa Econômica Federal), do Ministério do Turismo (Fungetur) e da Finep (Financiadora de Inovação e Pesquisa), assim como opera com recursos próprios, dentre outras formas, mediante destaque de capital, para o crédito a investimentos públicos municipais.

Como prestador de serviços ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Badesul executa a gestão financeira de fundos estaduais ligados à promoção do desenvolvimento da economia gaúcha.

Em 2017 o Badesul decidiu estender aos municípios rio-grandenses a prestação de serviços, na forma de apoio técnico ao planejamento do desenvolvimento de municípios, iniciativa que visa à identificação de oportunidades locais de investimento e à promoção do desenvolvimento municipal no Rio Grande do Sul. Em 2018 aquela decisão foi posta em marcha, com a prestação de serviços de planejamento estratégico aos municípios de Bom Princípio, Constantina, Bossoroca e Coxilima.

O BADESUL - OPERAÇÕES, RISCOS E FINANÇAS

Operações Aprovadas
Os números e valores das aprovações de crédito efetuadas nos exercícios de 2017 e 2018 são dispostos na tabela que se segue, conforme as áreas de crédito da Instituição e referenciadas ao Rio Grande do Sul como um todo.

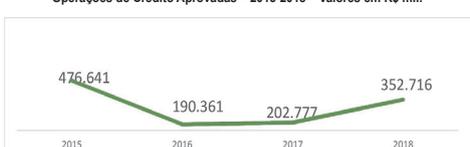
Valor das Operações de Crédito Aprovadas pelo Badesul por Áreas de Negócios - 2017-2018

| Áreas de Negócios | 2018 | | 2017 | |
|--------------------------------|------------|----------------|------------|----------------|
| | Número | Valor R\$ mil | Número | Valor R\$ mil |
| Rural e Agroindustrial | 63 | 63.843 | 43 | 45.463 |
| Empresarial | 54 | 111.720 | 32 | 92.334 |
| Setor Público | 73 | 177.153 | 44 | 64.980 |
| Total Operações Crédito | 190 | 352.716 | 119 | 202.777 |

Fonte: Badesul.

Esta tabela mostra uma aceleração em 2018, em relação às aprovações de 2017, devido ao retorno da demanda por crédito de longo prazo na economia gaúcha, motivada, principalmente, pela relativa melhoria da economia brasileira, ainda que limitada, pela cautela dos investidores, por restrição nos repasses financeiros e por elevação dos padrões de risco a novos clientes.

Operações de Crédito Aprovadas - 2015-2018 - Valores em R\$ mil.



Fonte: Badesul.

Destaques Operacionais

Setores Rural e Agroindustrial. No exercício de 2018, o Badesul aprovou R\$ 63,8 milhões para o financiamento de investimentos ligados ao processo de modernização e de ampliação da produção agropecuária e agroindustrial rio-grandense.

Fomento Empresarial e Inovação. O Badesul tanto aprovou R\$ 111,7 milhões para o crédito a projetos empresariais de investimentos associados com a sustentação e a transformação do perfil da economia gaúcha, quanto efetuou a integralização de R\$ 2,5 milhões em cotas de fundos de investimentos em participações que apoiam micro, pequenas e médias empresas inovadoras. Acrescenta-se a liderança institucional desta Agência de Fomento no que tange ao planejamento e organização de *Cluster* de tecnologias para a saúde no Rio Grande do Sul.

Desenvolvimento Regional. A carteira de operações de crédito de 2018 do Badesul, distribuída conforme as regiões rio-grandenses, também comprova a presença desta Agência de Fomento na geografia da economia gaúcha, mediante a tabela que se segue, a qual apresenta as dez principais regiões apoiadas.

Número de Contas Financeiras Ativas e Valor do Estoque das Operações de Crédito do Badesul por Corde-Posição em dezembro de 2018

| Região do Corde | Principal Município | 2018 | |
|------------------------------|---------------------|---------------|--------------|
| | | Valor R\$ mil | Nº de CFA's* |
| METROPOLITANO DELTA DO JACUI | PORTO ALEGRE | 410.044 | 374 |
| SERRA | CAXIAS DO SUL | 269.223 | 459 |
| FRONTEIRA OESTE | URUGUAIANA | 203.537 | 800 |
| MISSOES | SANTO ANGELO | 183.986 | 611 |
| ALTO JACUI | CRUZ ALTA | 141.199 | 613 |
| NOROESTE COLONIAL | IJUI | 123.181 | 296 |
| SUL | PELOTAS | 107.379 | 500 |
| VALE DO TAQUARI | LAJEADO | 107.187 | 242 |
| VALE DO RIO DOS SINOS | NOVO HAMBURGO | 104.709 | 255 |
| VALE DO CAI | MONTENEGRO | 101.927 | 137 |
| Total Parcial | - | 1.752.372 | 4.287 |
| Total Geral | - | 2.829.397 | 7.467 |

Fonte: Badesul. (*) Contas Financeiras Ativas. Operações Ativas e em Prejuízo.

Infraestrutura Estadual e Prefeituras. O Badesul aprovou R\$ 40,1 milhões voltados à realização de investimentos em infraestrutura de suporte ao desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, com destaque para a produção e transmissão de energia e à

logística. Faz-se também destaque às cidades apoiadas, mediante a aprovação de R\$ 177,2 milhões em 2018, para a execução de investimentos públicos projetados por prefeituras municipais do RS e ligados à infraestrutura urbana e industrial, à educação, à aquisição de máquinas rodoviárias, à execução de instalações públicas e à modernização da gestão.

Capital Social e Patrimônio Líquido

O Capital Social do Badesul se manteve, ao longo de 2018, em R\$ 756,3 milhões. O Patrimônio Líquido do Badesul alcançou o valor de R\$ 708,8 milhões ao final do exercício passado, conforme ilustrado pelo gráfico que se segue.



Fonte: Badesul.

Saldo de Operações Ativas

O Badesul encerrou o exercício de 2018 com Saldo de Operações Ativas de R\$ 2.253,3 milhões, correspondente a 6.088 CFAs (Contas Financeiras Ativas) e a 2.491 clientes.

Gestão de Riscos e Liquidez Financeira

Observa-se que 84,5% do valor do Saldo de Operações Ativas registrado pelo Badesul ao final de 2018 corresponde a operações de crédito de curso normal, isto é, com classificação de risco (*rating*) desde AA até A. A aplicação dos recursos próprios desta Instituição em Títulos e Valores Mobiliários (TVM) somou R\$ 693,9 milhões ao final do exercício, excluídos os recursos de propriedade dos Fundos Administrados, o que evidencia o elevado grau de liquidez desta Agência de Fomento, enquanto que o seu Índice de Basileia ascendeu a 19,67, apresentando substancial melhora em comparação ao registrado nos períodos anteriores, conforme o gráfico apresentado em seguimento.



Fonte: Badesul.

Gestão de Fundos Estaduais

Como prestador de serviços ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, o Badesul executa a gestão financeira de fundos estaduais ligados à promoção do desenvolvimento da economia gaúcha. Essas atividades inclusive estendem-se ao controle financeiro, na medida em que o Badesul também presta apoio à contratação e ao repasse de recursos, em especial à conta do FEAPER (Fundo Estadual de Apoio aos Pequenos Empreendedores Rurais) e do Funterra (Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul). Registra-se também que, em relação ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul), a Lei Estadual nº 11.916, de 02/06/2003, alterada pela Lei Estadual nº 13.708, de 06 de abril de 2011, estabeleceu autorização ao Poder Executivo para destinar ao aumento do capital social do Badesul o montante equivalente a 30% dos retornos das operações de financiamento do FUNDOPEM. Em 25 de setembro de 2015, foi publicada a Lei Estadual nº 14.744, a qual promoveu alteração na redação da Lei nº 11.916, antes referida, suprimindo o dispositivo autorizativo que havia para a realização de aumentos do capital social do Badesul mediante a utilização dos recursos dos retornos do FUNDOPEM. Resta pendente de capitalização o valor nominal de R\$ 26,7 milhões, valor alterado antes da promulgação da referida modificação de Lei.

Gestão de Pessoas

No que tange ao quadro de colaboradores, a Lei 13.864/11 prevê até 220 colaboradores para esta Agência de Fomento. Atualmente há 139 concursados e 7 admitidos, totalizando 146 colaboradores.

Estatuto Social

Devido à necessidade de adequação do Badesul à Lei 13.303/16, que dispõe sobre o regime jurídico das empresas da administração indireta, o seu estatuto social foi alterado, em junho de 2018, prevendo a seguinte estrutura estatutária:

- Conselho de Administração: 7 membros, sendo 1 representante dos minoritários, 1 independente e 1 representante eleito dos funcionários.
- Conselho Fiscal: 3 membros e 3 membros suplentes.
- Comitê de Auditoria: 3 membros.
- Diretoria: até 4 diretores (mínimo 3).

O Estatuto prevê também estruturas para o adequado gerenciamento de riscos, de controles e de *Compliance*. Foram incluídos no texto do estatuto adaptações à estrutura de Auditoria Interna, a obrigatoriedade do Código de Ética, conduta e integridade, canais para denúncia de atos suspeitos e de treinamentos sobre assuntos de integridade aos diferentes públicos.

Programa Badesul de Sustentabilidade

Este Programa faz parte de uma série de medidas que a gestão prevê para a transformação do Badesul do Futuro, sem perder sua essência desenvolvimentista. Sempre em consonância com a Missão, o desafio é transformar "negócios comuns" em "negócios sustentáveis", aliando parâmetros econômicos, sociais e ambientais, servindo de ferramenta (técnica e financeira) para viabilizar essas mudanças. Portanto, o Programa Badesul de Sustentabilidade, alicerçado nos pilares Social, Ambiental, Econômico e Conhecimento, visa tornar a abordagem socioambiental um tema transversal na instituição, de forma a influenciar todas as práticas e decisões desta Agência, em consonância com os princípios da governança corporativa, que tem como base a gestão responsável.

Resultado

O Resultado da Instituição apresentou-se positivo no exercício de 2018 em R\$ 17,5 milhões, destacando-se o gráfico apresentado em seguimento, que mostra a evolução do resultado no período referido desde 2014.



Fonte: Badesul.

Como propulsores desta evolução, destacam-se os esforços na redução de despesas e na recuperação de crédito.

Finalmente, com o sentimento de dever cumprido, este corpo diretivo renova seu reconhecimento à dedicação dos colaboradores, dos conselheiros e dos parceiros de negócio.

A Diretoria

Continua

BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

 Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210
 Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br
 Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 - (Em Milhares de Reais)

| | ATIVO | | PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | |
|---|-----------|-----------|---|-----------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Circulante | 1.221.223 | 1.258.222 | | |
| Disponibilidades (Nota 4) | 473 | 2.049 | Passivo e Patrimônio Líquido | |
| Títulos e valores mobiliários | 688.097 | 663.394 | Circulante | 536.693 |
| Carteira própria (Nota 5) | 688.097 | 663.394 | Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (Nota 13) | 474.185 |
| Operações de crédito (Nota 6) | 457.312 | 505.832 | BNDES | 229.879 |
| Operações de crédito | 538.333 | 567.236 | Caixa Econômica Federal | 2.009 |
| Setor público | 55.468 | 68.058 | FINAME | 239.589 |
| Setor privado | 482.865 | 499.178 | FINEP | 2.505 |
| Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa | (81.021) | (61.404) | OUTRAS INSITUIÇÕES | 203 |
| Outros créditos | 75.010 | 86.829 | OUTRAS obrigações | 62.508 |
| Avais e fianças honorados (Nota 7) | 1.137 | 4.217 | Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | 154 |
| Rendas a receber (Nota 8) | 6.284 | 82.612 | Sociais e estatutárias (Nota 14) | 1.181 |
| Diversos | 67.589 | 236 | Fiscais e previdenciárias (Nota 15) | 3.380 |
| Adiantamento e antecipações salariais | 212 | 3 | Diversas | 57.793 |
| Adiantamento por nossa conta | 1 | 3 | Despesas de pessoal | 3.585 |
| Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 9) | 63.090 | 76.499 | Outros pagamentos | 1.121 |
| Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 10) | 1.087 | 1.001 | Passivos atuariais (Nota 18) | 832 |
| Impostos e contribuições a compensar (Nota 11) | 3.189 | 3.961 | Credores diversos (Nota 19) | 52.255 |
| Pagamentos a ressarcir | 931 | 650 | | |
| Devedores diversos no país | 221 | 267 | Exigível a longo prazo | 1.748.184 |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa | (1.142) | (5) | | |
| Outros valores e bens | 331 | 118 | Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (Nota 13) | 1.665.456 |
| Outros valores e bens | 329 | 115 | BNDES | 861.745 |
| Despesas antecipadas | 2 | 3 | Caixa Econômica Federal | 23.823 |
| | | | FINAME | 753.860 |
| Realizável a longo prazo | 1.744.237 | 2.013.942 | FINEP | 16.006 |
| Títulos e valores mobiliários | 13.170 | 9.788 | OUTRAS INSITUIÇÕES | 10.022 |
| Carteira própria (Nota 5) | 13.170 | 9.788 | OUTRAS obrigações | 82.728 |
| Operações de crédito (Nota 6) | 1.522.318 | 1.826.412 | Diversas | 82.728 |
| Operações de crédito | 1.714.958 | 1.974.362 | Provisão para contingências (Nota 16) | 65.928 |
| Setor público | 98.167 | 99.972 | Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 17) | 7.091 |
| Setor privado | 1.616.791 | 1.874.390 | Passivos atuariais (Nota 18) | 9.661 |
| Provisão para operações de crédito e liquidação duvidosa | (192.640) | (147.950) | Comissão carta fiança | 48 |
| Outros créditos | 208.749 | 177.762 | | |
| Rendas a receber (Nota 8) | 81 | 125 | Patrimônio líquido (Nota 20) | 708.845 |
| Diversos | 208.668 | 177.637 | Capital Social | 756.343 |
| Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 9) | 182.496 | 151.862 | De domiciliados no país | 756.343 |
| Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 10) | 543 | 1.501 | Ajuste de avaliação patrimonial | (3.054) |
| Devedores por depósitos em garantia (Nota 16d) | 25.632 | 24.282 | Prejuízos acumulados | (44.444) |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa | (3) | (8) | | |
| Permanente | 28.282 | 29.507 | Total do Passivo e Patrimônio Líquido | 2.993.722 |
| Imobilizado de uso (Nota 12) | 28.131 | 29.507 | | |
| Imóveis de uso | 35.074 | 35.074 | Total do Ativo | 3.301.671 |
| Outras imobilizações de uso | 7.404 | 7.351 | | |
| Depreciação acumulada | (14.347) | (12.918) | | |
| Intangível | 131 | - | | |
| Outros ativos intangíveis | 131 | - | | |
| | | | | |
| Total do Ativo | 2.993.722 | 3.301.671 | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2018 - (Em milhares de Reais)

| | 2º Semestre 2018 | Exercício 2018 | Exercício 2017 |
|---|------------------|----------------|----------------|
| Receitas da Intermediação financeira | 2018 | 323.782 | 301.906 |
| Operações de crédito | 172.493 | 281.033 | 240.845 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 20.151 | 42.749 | 61.281 |
| Despesas da intermediação financeira | (161.577) | (272.284) | (239.834) |
| Operações de empréstimos e repasses | (41.443) | (89.091) | (108.968) |
| Provisões para créditos de liquidação duvidosa | (120.134) | (183.193) | (130.866) |
| Resultado bruto da intermediação financeira | 31.067 | 51.498 | 62.072 |
| Outras receitas e despesas operacionais | (21.393) | (40.481) | (14.522) |
| Receitas da prestação de serviços | 5.799 | 11.219 | 11.390 |
| Rendas de tarifas bancárias | 955 | 1.602 | 798 |
| Despesas de pessoal | (17.447) | (33.593) | (33.519) |
| Outras despesas administrativas (Nota 23) | (8.434) | (17.563) | (16.961) |
| Despesas tributárias | (4.217) | (7.567) | (7.815) |
| Outras receitas operacionais (Nota 24) | 12.603 | 25.564 | 47.481 |
| Outras despesas operacionais (Nota 25) | (10.652) | (20.143) | (15.896) |
| Resultado operacional | 9.674 | 11.017 | 47.550 |
| Resultado não operacional | 130 | 305 | 157 |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações | 9.804 | 11.322 | 47.707 |
| Imposto de renda e contribuição social (Notas 3k e 22) | (7.264) | 8.564 | (31.597) |
| Provisão para imposto de renda | (237) | (5.144) | (2.414) |
| Provisão para contribuição social | (194) | (4.251) | (2.033) |
| Ativo fiscal diferido | (6.833) | 17.959 | (27.150) |
| Participações estatutárias no lucro | (2.364) | (2.364) | (2.121) |
| Lucro líquido do período | 176 | 17.522 | 13.989 |
| Nº de Ações (Em milhares) | 756.343 | 756.343 | 756.343 |
| Lucro por Ação - R\$ | 0,23 | 23,17 | 18,50 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2018 - (Em Milhares de Reais)

| | 2º Semestre 2018 | Exercício 2018 | Exercício 2017 |
|---|------------------|----------------|----------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro/(prejuízo) no período antes da tributação e das participações | 9.804 | 11.322 | 47.707 |
| Ajustes do lucro/(prejuízo) líquido do período | 121.028 | 183.141 | 108.592 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 110.330 | 171.411 | 122.708 |
| Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa | 9.804 | 11.782 | 8.158 |
| Provisão/(Reversão de provisão) para desvalorização de títulos livres | 352 | 350 | (672) |
| Provisão/(Reversão de provisão) para planos de benefícios | 80 | (1.253) | (2.095) |
| Provisão/(Reversão de provisão) para passivos contingentes | 5.800 | 9.403 | (12.642) |
| Baixa de ativos | - | - | 4 |
| (Reversão de provisão) para garantias financeiras prestadas | (6.053) | (9.981) | (8.486) |
| Depreciação para garantias financeiras prestadas | 715 | 1.429 | 1.617 |
| Resultado do período ajustado | 130.832 | 194.463 | 156.299 |
| Variações nos ativos e obrigações | (132.287) | (195.855) | (154.943) |
| (Aumento) em títulos e valores mobiliários | (10.884) | (28.455) | (47.271) |
| Redução em operações de crédito | 51.230 | 181.203 | 386.032 |
| (Aumento) em outros créditos | (12.714) | (16.019) | (13.523) |
| (Aumento) Redução em outros valores e bens | (223) | (213) | 7 |
| Aumento/(Redução) em outras obrigações | 33.061 | 39.767 | (4.108) |
| (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses | (188.388) | (364.314) | (468.288) |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (4.369) | (7.824) | (7.792) |
| Fluxo de Caixa Líquido das atividades operacionais | (1.455) | (1.392) | 1.356 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | |
| Aquisição do imobilizado de uso | (131) | (184) | (107) |
| Fluxo de Caixa líquido das atividades de investimento | (131) | (184) | (107) |
| Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa | (1.586) | (1.576) | 1.249 |
| Modificações na posição de caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do período | 2.059 | 2.049 | 800 |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do período | 473 | 473 | 2.049 |
| Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa | (1.586) | (1.576) | 1.249 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017 E DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2018 (Em Milhares de Reais)

| | Capital realizado | Reservas legais | Reservas de lucros | | Ajuste de avaliação patrimonial | Total |
|---|-------------------|-----------------|----------------------------|------------------------|---------------------------------|---------|
| | | | Reservas especiais -outras | (Prejuízos acumulados) | | |
| Saldos em 01 de janeiro de 2018 | 756.343 | - | - | (61.966) | (4.458) | 689.919 |
| Ajuste de avaliação patrimonial líquido dos tributos (passivos atuariais) | - | - | - | - | 1.404 | 1.404 |
| Lucro do exercício | - | - | - | 17.522 | - | 17.522 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 756.343 | - | - | (44.444) | (3.054) | 708.845 |
| Mutações do exercício | - | - | - | 17.522 | 1.404 | 18.926 |
| Saldos em 01 de janeiro de 2017 | 756.343 | - | - | (75.955) | (3.639) | 676.749 |
| Ajuste de avaliação patrimonial líquido dos tributos (passivos atuariais) | - | - | - | - | (819) | (819) |
| Lucro do exercício | - | - | - | 13.989 | - | 13.989 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 756.343 | - | - | (61.966) | (4.458) | 689.919 |
| Mutações do exercício | - | - | - | 13.989 | (819) | 13.170 |
| Saldos em 01 de julho de 2018 | 756.343 | - | - | (44.620) | (4.337) | 707.386 |
| Ajuste de avaliação patrimonial líquido dos tributos (passivos atuariais) | - | - | - | - | 1.283 | 1.283 |
| Lucro do semestre | - | - | - | 176 | - | 176 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 756.343 | - | - | (44.444) | (3.054) | 708.845 |
| Mutações do semestre | - | - | - | 176 | 1.283 | 1.459 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Continua

Continuação



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210

Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br

Ouviodoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

1. Contexto operacional

O Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS ("Badesul") é uma Instituição Financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, autorizada pela Lei Estadual nº 10.959, de 27 de maio de 1997, alterada pela Lei Estadual nº 11.105, de 22 de janeiro de 1998 e pela Lei Estadual nº 13.864, de 28 de dezembro de 2011. Teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil em 07 de dezembro de 1998. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de abril de 2012 foi aprovada a alteração da razão social de Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS para Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS. O Banco Central do Brasil homologou essa alteração em 31 de maio de 2012 e o seu registro na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul ocorreu em 03/07/2012.

O Badesul é regido pela Resolução CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001, alterada pelas Resoluções CMN nº 3.757 de 01 de julho de 2009, nº 3.834 de 28 de janeiro de 2010 e nº 4.023 de 27 de outubro de 2011. A função precípua do Badesul é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul, através da oferta de soluções financeiras e não financeiras ao desenvolvimento dos setores público e privado.

Passada a fase de implementação de medidas para a retomada do equilíbrio econômico, financeiro e operacional, conforme fora amplamente divulgado em demonstrações financeiras anteriores, o Badesul voltou a operar em condições de normalidade.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil - BACEN e do Conselho Monetário Nacional - CMN. A apresentação destas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), reconhecidos pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil. Em 31 de janeiro de 2019 a Diretoria Executiva aprovou as presentes demonstrações financeiras.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata die" e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do Balanço.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações financeiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c. Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustado a seu valor de mercado à provisão para perdas ou desvalorizações, quando aplicável. As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN nº 3.068 de 8 de novembro de 2001.

d. Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999 e nº 2.697 de 24 de fevereiro de 2000.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As atualizações de operações em recuperação judicial, após o registro de acordo originado de plano de recuperação homologado por juiz, são contabilizadas em rendas a apropriar até seu efetivo recebimento, quando serão levadas a resultado como receitas de operações de crédito. As operações classificadas como "rating H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no Balanço Patrimonial.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, ou seja, permanecem no "rating" que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como "rating H". Eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

e. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa está constituída conforme determinações das Resoluções CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e nº 2.697, de 24 de fevereiro de 2000. É adotada a contagem em dobro dos prazos para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme dispõe o parágrafo 2º, Inciso II do Artigo 4º da Resolução CMN nº 2.682.

As operações objeto de renegociação são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estiverem classificadas, observado que aquelas registradas como prejuízo devem ser classificadas como de risco nível "H" quando renegociadas. As operações renegociadas poderão ser reclassificadas para nível de menor risco após amortização significativa do saldo ou quando fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco.

f. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata die" incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

g. Imobilizado de uso

A Resolução CMN nº 4.535, publicada em 28 de novembro de 2016, que dispõe sobre os critérios de reconhecimento e registro contábil dos componentes do ativo imobilizado de uso, estabelece, entre outros procedimentos, a necessidade de revisão da vida útil dos ativos imobilizados de uso ao final de cada exercício ou sempre que houver alteração significativa nas estimativas anteriores. A depreciação deve corresponder ao valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso. Esta prática não substitui as regras vigentes para fins tributários, mantendo-se, portanto, controles para fins contábeis e fiscais de forma segregada.

As depreciações para fins fiscais foram mantidas, calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais de 4% para imóveis de uso, 10% para equipamentos de uso, 10% para sistema de comunicação, 20% para sistema de processamento de dados e 40% para veículo. Para fins contábeis a única diferença que se apurou refere-se à depreciação dos imóveis, cuja taxa anual é de 3,33% considerando que a vida útil desses bens fora avaliada em 30 anos.

h. Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo

montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

i. Ativos e passivos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para reais utilizando-se a taxa de câmbio divulgada pelo Banco Central do Brasil para a data do encerramento do período.

j. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro rata die" incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

k. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Foram computados pela aplicação das alíquotas vigentes de 20% para a contribuição social e de 15% (mais adicional de 10% conforme legislação) para imposto de renda sobre o lucro tributável apurado no período, ajustado por diferenças permanentes e temporárias. A partir do exercício de 2019 a alíquota da contribuição social voltará a ser 15%.

O ativo fiscal diferido, decorrente de imposto de renda e de contribuição social, é calculado mediante a aplicação das alíquotas vigentes na data das demonstrações financeiras sobre as diferenças temporárias e sobre os ganhos/perdas atuais, o qual é registrado na rubrica outros créditos, em contrapartida do resultado do período, e, quando aplicável, em contrapartida ao patrimônio líquido. Quando há alteração na legislação tributária é adotado o procedimento previsto na Circular nº 3.171, emitida pelo BACEN em 30 de dezembro de 2002, que determina que no caso de alteração da legislação tributária que modifique critérios e alíquotas a serem adotados em períodos futuros, os efeitos devem ser reconhecidos imediatamente com base nos critérios e alíquotas aplicáveis ao período em que cada parcela do ativo será realizada ou do passivo liquidada.

l. Passivo atuarial

O Badesul é patrocinador da FBSS - Fundação Banrisul de Seguridade Social e da CABERGS - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, respectivamente, asseguram a complementação dos benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários, conforme detalhamento constante na nota 18, bem como, oferece prêmio por aposentadoria segundo critérios estabelecidos em regulamento próprio. O reconhecimento contábil no Badesul segue as diretrizes contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 33 (R1) reconhecido pelo Banco Central do Brasil mediante a edição da Resolução do CMN nº 4.424 e alterações posteriores conforme Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 33 (R2).

A Administração do Badesul tem procedido a avaliações atuariais dos planos de benefícios pós-emprego em conformidade com a legislação vigente em cada período. As avaliações atuariais são elaboradas com base em premissas e projeções, taxas de juros, inflação, aumento de benefícios, expectativa de vida, etc. As avaliações são atualizadas em bases anuais ao final de cada exercício, e, quando necessário, em bases semestrais.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projeta, líquido dos ativos guardadores do plano.

O custo dos benefícios concedidos pelos planos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que os direitos dos benefícios sejam adquiridos. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo do plano de benefício reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal Brasileiro), menos custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão utilizados para liquidar as obrigações.

Os ativos dos planos de previdência são mantidos por uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - FBSS e do Plano de Saúde pela CABERGS. Os ativos dos planos não estão disponíveis aos credores e não podem ser pagos diretamente ao Badesul. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, nas cotações existentes no mercado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras ao plano.

m. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e as obrigações legais observam o disposto no Pronunciamento Técnico CPC nº 25 reconhecido pelo Banco Central do Brasil mediante a edição da Resolução CMN nº 3.823. Os principais critérios adotados são os seguintes:

(i) **Contingências ativas** – não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

(ii) **Contingências passivas** – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem reconhecimento contábil nem divulgação.

n. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, estimativas de realização dos tributos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Pelo menos trimestralmente é realizada revisão das estimativas e premissas.

o. Lucro por ação

O lucro líquido por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2018, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

| | 2018 | 2017 |
|---------------------|------------|--------------|
| Caixa | 4 | 13 |
| Depósitos bancários | 469 | 2.036 |
| Total | 473 | 2.049 |

5. Títulos e valores mobiliários

a. Carteira Própria - Composição

A carteira de títulos é administrada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.

Do total aplicado em 31 de dezembro de 2018, o valor de RS 7.384 (RS 2.769 em 2017) refere-se aos recursos a serem repassados aos Fundos de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, cuja obrigação está contabilizada conforme descrito na nota 19. A gestão financeira desses recursos é realizada pelo Badesul, conforme descrito na nota 28.

| | Curto Prazo | | Longo Prazo | |
|--|----------------|----------------|---------------|--------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Letras financeiras do tesouro | 639.910 | 644.009 | - | - |
| Cotas de fundos de renda fixa | 46.959 | 19.529 | - | - |
| Cotas de fundos em participações (i) | 1.313 | - | 13.170 | 9.768 |
| (-) Provisão para desvalorização de títulos livres | (85) | (144) | - | - |
| Total | 688.097 | 663.394 | 13.170 | 9.768 |

(i) São fundos mútuos de investimento em empresas emergentes e inovadoras destinados à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão dessas empresas, cujo prazo é de dez anos com período de maturação dos investimentos em torno de seis anos. Esses fundos são administrados por instituições privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados pelo respectivo administrador na data base do Balanço. Em 31/12/18 essas aplicações estavam assim compostas:

| Fundo | Instituição Administradora | Quantidade de Cotas Subscritas | Quantidade de Cotas | | Saldo Contábil |
|------------------|-------------------------------------|--------------------------------|---------------------|---------------|----------------|
| | | | Integralizadas | Contábil | |
| CRP Empreendedor | CRP Companhia de Participações | 10.000 | 5.387 | 7.307 | |
| CRIATEC II | Lions Trust Admin. de Recursos Ltda | 10.000 | 5.780 | 4.338 | |
| CRIATEC III | Lions Trust Admin. de Recursos Ltda | 10.000 | 2.336 | 1.525 | |
| Total | | 30.000 | 13.503 | 13.170 | |

b. Carteira própria - Valor de mercado

| | 2018 | | 2017 | |
|----------------------------------|----------------|------------------|----------------|------------------|
| | Valor Contábil | Valor de Mercado | Valor Contábil | Valor de Mercado |
| Letras financeiras do tesouro | 639.825 | 639.825 | 643.865 | 643.865 |
| Cotas de fundos de renda fixa | 48.272 | 48.272 | 19.529 | 19.529 |
| Cotas de fundos em participações | 13.170 | 12.504 | 9.768 | 17.110 |
| Total | 701.267 | 700.601 | 673.162 | 680.504 |

O valor de mercado, exceto para as cotas de fundos de investimento, é calculado com base em preços unitários disponibilizados pela Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA para o mercado secundário desses títulos. Para as cotas de fundos de investimento financeiro o valor das aplicações é atualizado com base no valor da cota divulgada na CVM, já para os fundos de investimento em participações o valor de mercado é estimado com base no valor justo dos ativos investidos na proporção investida.

6. Operações de crédito

a. Composição por tipo de operação

| | Curto Prazo | | Longo Prazo | |
|---|----------------|----------------|------------------|------------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Financiamentos | 289.369 | 297.988 | 828.200 | 963.615 |
| Financiamentos rurais e agroindustriais | 197.370 | 207.178 | 795.174 | 921.167 |
| Financiamentos infraestrutura e desenvolvimento | 51.594 | 62.070 | 91.584 | 89.580 |
| Total | 538.333 | 567.236 | 1.714.958 | 1.974.362 |

b. Composição da carteira por vencimento (parcelas)

| | 2018 | | 2017 | |
|-------------------|------------------|------------------|--------|--------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Vencidos | 46.863 | 38.673 | - | - |
| Até 60 dias | - | - | 13.500 | 15.662 |
| De 61 a 180 dias | - | - | 13.286 | 13.539 |
| Acima de 180 dias | - | - | 20.077 | 9.472 |
| Vincendas | 2.206.428 | 2.502.925 | - | - |
| Até 180 dias | 240.328 | 259.156 | - | - |
| De 181 a 360 dias | 251.142 | 269.407 | - | - |
| Acima de 360 dias | 1.714.958 | 1.974.362 | - | - |
| Total | 2.253.291 | 2.541.598 | | |

c. Composição da carteira por setor de atividade

| | 2018 | | 2017 | |
|--------------------------------|------------------|------------------|------|------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Setor Público Municipal | 153.635 | 168.030 | | |
| Administração direta | 149.833 | 163.396 | | |
| Outros serviços | 3.802 | 4.634 | | |
| Setor Privado | 2.099.656 | 2.373.568 | | |
| Pessoa física | 2.183 | 2.760 | | |
| Indústria | 686.510 | 841.010 | | |
| Comércio | 120.178 | 130.737 | | |
| Outros serviços | 298.241 | 270.716 | | |
| Rurais | 992.544 | 1.128.345 | | |
| Total | 2.253.291 | 2.541.598 | | |

d. A composição da carteira de crédito está distribuída nos seguintes níveis de risco

| Classificação nível de risco | Total das operações de crédito | 2018 | | | | |
|------------------------------|--------------------------------|------------------------------|----------------|--------------------|---|----------------|
| | | Provisão Resolução CMN/BACEN | | Provisão adicional | | |
| | | Valor | % | Valor | % | |
| AA | 473.176 | 21,27 | - | - | - | - |
| A | 863.235 | 39,81 | 3.472 | 0,5 | - | 3.472 0,50 |
| B | 506.486 | 22,48 | 5.065 | 1,0 | - | 5.065 1,00 |
| C | 224.720 | 9,97 | 6.742 | 3,0 | - | 6.742 3,00 |
| D | 68.004 | 3,02 | 6.800 | 10,0 | - | 6.800 10,00 |
| E | 25.988 | 1,15 | 7.799 | 30,0 | - | 7.799 30,00 |
| F | 6.799 | 0,30 | 3.399 | 50,0 | - | 3.399 50,00 |
| G | 24.484 | 1,09 | 17.139 | 70,0 | - | 17.139 70,00 |
| H | 223.245 | 9,91 | 223.245 | 100,00 | - | 223.245 100,00 |
| Total ... | 2.253.291 | 100,00 | 273.661 | - | - | 273.661 |

| Classificação nível de risco | Total das operações de crédito | 2017 | | | | |
|------------------------------|--------------------------------|------------------------------|----------------|--------------------|---------------|----------------|
| | | Provisão Resolução CMN/BACEN | | Provisão adicional | | |
| | | Valor | % | Valor | % | |
| AA | 492.106 | 19,36 | - | - | 1.466 0,29 | |
| A | 863.235 | 39,97 | 4.316 | 0,5 | 4.27 0,4 | |
| B | 630.562 | 24,81 | 6.306 | 1,0 | 1.609 0,25 | |
| C | 236.568 | 9,31 | 7.097 | 3,0 | 3.382 1,42 | |
| D | 106.301 | 4,18 | 10.630 | 10,0 | 7.202 6,77 | |
| E | 93.965 | 3,66 | 27.920 | 30,0 | 20.445 21,96 | |
| F | 19.059 | 0,75 | 9.530 | 50,0 | 8.322 43,66 | |
| G | 30.807 | 1,21 | 21.565 | 70,0 | 9.242 29,99 | |
| H | 69.895 | 2,75 | 69.895 | 100,00 | - | |
| Total ... | 2.541.598 | 100,00 | 157.259 | - | 52.095 | 209.354 |

Continua

Continuação



BADESUL Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento/RS

CNPJ 02.885.855/0001-72 - NIRE 43 3 0003872 6

Rua General Andrade Neves, 175 - 18º andar - Centro - Porto Alegre - RS - CEP 90010-210

Fone: (51) 3284-5800 - Fax: (51) 3227-5050 - www.badesul.com.br - E-mail: badesul@badesul.com.br

Ouvidoria: 0800.642.5800 - ouvidoria@badesul.com.br

GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
E TURISMO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobertura do risco de crédito das operações ativas existentes na data base destas demonstrações financeiras. Em 2018 o montante de provisão que havia reconhecido a título de provisão adicional foi absorvido por reclassificação de algumas operações para pior nível de risco, sendo mantido provisionado valor equivalente ao mínimo regulamentado na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. As operações classificadas de um mesmo cliente com montante de saldo superior a R\$ 50.000,00 são avaliadas periodicamente e têm seu conceito ratificado ou modificado segundo as regras de avaliação. As operações de clientes de saldo inferior a R\$ 50.000,00 têm provisão constituída pelo seu nível de risco apurado na contratação, recalculado pelo nível de atraso dos contratos. O conjunto de operações de um mesmo cliente tem seu provisionamento balizado pela operação de pior risco.

e. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

| | 2018 | | 2017 | |
|------------------------------------|----------------|--------------------------------|----------------|--------------------------------|
| | Saldo Inicial | Adições / (Reversões) líquidas | Saldo Inicial | Adições / (Reversões) líquidas |
| Saldo Inicial | 209.354 | 362.997 | 171.480 | 122.708 |
| Adições / (Reversões) líquidas | 171.480 | 122.708 | (207.173) | (276.351) |
| Baixa por transferência a prejuízo | (173.613) | (276.351) | (173.613) | (276.351) |
| Saldo Final | 209.354 | 362.997 | 171.480 | 122.708 |

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo da provisão em relação à carteira de crédito equivale a 12,14% (8,24% em 2017).

f. Concentração dos maiores tomadores de crédito

| | 2018 | | 2017 | |
|----------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
| | Valor | %Carteira | Valor | %Carteira |
| Maior | 67.484 | 2,99 | 69.940 | 2,75 |
| 10 maiores seguintes | 284.438 | 12,62 | 312.381 | 12,29 |
| 20 maiores seguintes | 271.284 | 12,04 | 320.227 | 12,60 |
| Demais | 1.630.085 | 72,35 | 1.839.050 | 72,36 |
| Total | 2.253.291 | 100,00 | 2.541.598 | 100,00 |

g. Garantias

Em garantia ao risco de crédito de suas operações, o Badesul detém a seu favor, alternativamente ou cumulativamente, garantias reais de hipotecas e penhores, alienação fiduciária, avais e fianças, vinculação de recursos como reserva irrevogável de formas de pagamento provenientes de recebíveis, garantia complementar de fundos e quotas parte de ICMS nas operações com prefeituras.

h. Valores baixados a prejuízo

No exercício de 2018 foi baixado a prejuízo o montante de R\$ 107.173 (R\$ 276.351 em 2017), em cumprimento ao que dispõe a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999, compreendendo as operações de crédito classificadas no nível de risco "H" por período superior a seis meses.

O saldo acumulado, em 31 de dezembro de 2018, dessas operações baixadas a prejuízo e controladas pelo valor histórico em contas de compensação está representado por R\$ 557.994 (R\$ 558.498 em 2017). Em 2018 foi baixado o saldo de prejuízo o montante de R\$ 491, referente perda de valor contábil decorrente do registro de acordos em processos de recuperação judicial (Em 2017 R\$ 23).

As recuperações de valor contábil, por recebimento e renegociação, das operações de crédito baixadas a prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Recuperação de Créditos e atingiram, no exercício, o montante de R\$ 107.186 (R\$ 49.302 em 2017).

7. Outros créditos - avais e fianças honradas

| | 2018 | | 2017 | |
|------------------------------------|---------------|--------------------------------|---------------|--------------------------------|
| | Saldo Inicial | Adições / (Reversões) líquidas | Saldo Inicial | Adições / (Reversões) líquidas |
| Saldo Inicial | - | 1.693 | 8.144 | 9.837 |
| Adições / (Reversões) líquidas | 11.788 | (10.651) | (9.837) | (8.144) |
| Baixa por transferência a prejuízo | (10.651) | (9.837) | (9.837) | (8.144) |
| Total | 1.137 | (1.137) | - | - |

b. Movimentação da provisão para outros créditos de liquidação duvidosa

| | 2018 | | 2017 | |
|------------------------------------|---------------|--------------------------------|---------------|--------------------------------|
| | Saldo Inicial | Adições / (Reversões) líquidas | Saldo Inicial | Adições / (Reversões) líquidas |
| Saldo Inicial | - | 1.693 | 8.144 | 9.837 |
| Adições / (Reversões) líquidas | 11.788 | (10.651) | (9.837) | (8.144) |
| Baixa por transferência a prejuízo | (10.651) | (9.837) | (9.837) | (8.144) |
| Total | 1.137 | (1.137) | - | - |

c. Valores baixados a prejuízo

No exercício de 2018 foi baixado a prejuízo o montante de R\$ 10.651 (R\$ 9.837 em 2017), em cumprimento ao que dispõe a Resolução CMN nº 2.682 de 21/12/1999, compreendendo outros créditos (cartas fiança honradas) classificados no nível de risco "H" por período superior a seis meses.

O saldo acumulado, em 31 de dezembro de 2018, dessas operações baixadas a prejuízo e controladas pelo valor histórico em contas de compensação está representado por R\$ 13.872 (R\$ 15.287 em 2017).

As recuperações de valor contábil, por renegociação, das cartas fiança honradas baixadas a prejuízo foram reconhecidas como Receitas de Recuperação de Créditos e atingiram, no exercício, o montante de R\$ 12.066 (em 2017 não ocorreram recuperações).

8. Outros créditos - rendas a receber

| | Curto Prazo | | Longo Prazo | |
|---|---------------|--------------|-------------|------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Comissões por coobrigações a Receber/carta fiança | 1.444 | 1.334 | 81 | 125 |
| Taxas de administração de fundos | 4.840 | 2.883 | - | - |
| Estaduais de desenvolvimento | 6.284 | 4.217 | 81 | 125 |
| Total | 12.568 | 8.434 | 160 | 250 |

9. Outros créditos - diversos - créditos tributários de impostos e contribuições

À Administração do Badesul, tendo por base estudo técnico conforme requerido pelo Banco Central do Brasil, realiza reconhecimento de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias.

Foram constituídos créditos tributários decorrentes de provisão para crédito de liquidação duvidosa, de rendas de atraso de contratos de operações de crédito, de provisão para perdas decorrentes de ações trabalhistas, de passivos atuariais e de provisão para perdas com coobrigações assumidas, ambas passíveis de realização no período máximo de dez anos.

O reconhecimento contábil leva em consideração a realização provável desses créditos tributários a partir de resultados futuros projetados com base em premissas internas, que, devido às incertezas que permeiam projeções desta natureza, essas podem não se concretizar, por isso são realizadas revisões do estudo técnico semestralmente.

Foram reconhecidos os créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias julgadas relevantes. Todos os procedimentos foram adotados conforme requisitos estabelecidos na Resolução CMN nº 3.355, de 31 de março de 2006 e na Circular BACEN nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, incluindo a geração de lucros tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios.

a. Composição do saldo dos créditos tributários

| | Curto Prazo | | Longo Prazo | | Total |
|------------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 | |
| Ativo fiscal diferido - IRPJ | 39.431 | 42.499 | 114.060 | 94.914 | 153.491 |
| Ativo fiscal diferido - CSLL | 23.659 | 34.000 | 68.436 | 56.948 | 92.095 |
| Total | 63.090 | 76.499 | 182.496 | 151.862 | 245.586 |

Os créditos tributários diferidos ativos apresentados em 31 de dezembro de 2018 são resultantes da aplicação das alíquotas fiscais sobre o saldo das diferenças temporárias, que foram as seguintes: de 25% para o imposto de renda e de 15% para a contribuição social. A contribuição social era apurada à alíquota de 20% até o exercício de 2018, tendo sido alterada para 15% a partir do exercício de 2019 levando em conta o disposto na Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015.

b. Composição das diferenças temporárias e respectivos tributos

| | 2018 | | |
|---|---|---------------------------|---------------------------|
| | Saldo projetado para realização em até dez anos | Créditos tributários IRPJ | Créditos tributários CSLL |
| Diferenças Temporárias | | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 424.938 | 106.234 | 63.741 |
| Rendas de atraso | 107.264 | 26.816 | 16.090 |
| Provisão para perdas com ações trabalhistas | 64.179 | 16.045 | 9.627 |
| Provisão para passivos atuariais | 10.493 | 2.623 | 1.574 |
| Provisão para perdas com coobrigações | 7.091 | 1.773 | 1.063 |
| Total | 613.965 | 153.491 | 92.095 |

| | 2017 | | |
|---|---------------------------------|---------------------------|---------------------------|
| | Saldo projetado em até dez anos | Créditos tributários IRPJ | Créditos tributários CSLL |
| Diferenças Temporárias | | | |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 407.732 | 101.933 | 68.016 |
| Rendas de atraso | 62.770 | 15.893 | 10.757 |
| Provisão para perdas com ações trabalhistas | 51.173 | 12.793 | 7.685 |
| Provisão para passivos atuariais | 12.422 | 3.105 | 1.896 |
| Provisão para perdas com coobrigações | 15.555 | 3.889 | 2.594 |
| Total | 549.652 | 137.413 | 90.948 |

c. Movimentação do saldo dos créditos tributários

| | 2018 | | | 2017 |
|----------------------|----------------|---------------|----------------|----------------|
| | IRPJ | CSLL | Total | |
| Saldo inicial | 137.413 | 90.948 | 228.361 | 255.167 |
| Adições | | | | |
| - Resultado | 24.298 | 9.990 | 34.288 | - |
| - Patrimônio líquido | 76 | 45 | 121 | 344 |
| Reversões/Baixas | | | | |
| - Resultado | (7.761) | (8.568) | (16.329) | (27.150) |
| - Patrimônio líquido | (534) | (321) | (855) | - |
| Total | 153.492 | 92.094 | 245.586 | 228.361 |

d. Período estimado de realização dos créditos tributários reconhecidos

| Ano de realização | 2018 | | | |
|-------------------|------------------------|----------------|---------------|----------------|
| | Diferenças temporárias | IRPJ | CSLL | Total |
| 2019 | 157.725 | 39.431 | 23.659 | 63.090 |
| 2020 | 165.121 | 41.280 | 24.768 | 66.948 |
| 2021 | 137.836 | 34.459 | 20.676 | 55.135 |
| 2022 | 35.416 | 8.854 | 5.312 | 14.166 |
| Acima de 2023 | 117.867 | 29.487 | 17.679 | 47.146 |
| Total | 613.965 | 137.413 | 92.095 | 245.586 |

| Ano de realização | 2017 | | | |
|-------------------|------------------------|----------------|---------------|----------------|
| | Diferenças temporárias | IRPJ | CSLL | Total |
| 2018 | 169.996 | 42.500 | 34.000 | 76.500 |
| 2019 | 167.142 | 41.786 | 25.071 | 66.857 |
| 2020 | 112.437 | 28.109 | 16.865 | 44.974 |
| 2021 | 12.566 | 3.141 | 1.885 | 5.026 |
| Acima de 2022 | 87.511 | 21.877 | 13.127 | 35.004 |
| Total | 549.652 | 137.413 | 90.948 | 228.361 |

e. Valor presente dos créditos tributários reconhecidos

De acordo com o estabelecido no inciso V do artigo 3º da Circular nº 3.171 emitida pelo Banco Central do Brasil, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação de 2,25%, está representado por R\$ 143.202 (R\$ 127.893 em 2017) referentes ao imposto de renda e R\$ 85.920 (R\$ 85.015 em 2017) referentes à contribuição social.

f. Créditos tributários não reconhecidos

Para fins de divulgação, foram estimados os valores de créditos tributários não reconhecidos, os quais representam em 31 de dezembro de 2018, R\$ 458 (R\$ 14.071 em 2017) relativos ao Imposto de Renda e R\$ 275 (R\$ 8.515 em 2017) relativos à Contribuição Social.

10. Outros créditos - diversos - devedores por compra de valores e bens

O saldo apresentado ao final do exercício refere-se ao valor financiado por venda a prazo de imóvel recebido em dação em pagamento de operação de crédito.

| | Curto prazo | | Longo prazo | |
|--|--------------|--------------|-------------|--------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Devedores por compra de valores e bens | 1.087 | 1.001 | 543 | 1.501 |
| (-) Provisão para devedores por compra de valores e bens | (5) | - | (3) | - |
| Total | 1.082 | 1.001 | 540 | 1.501 |

11. Outros créditos - diversos - impostos e contribuições a compensar

| | 2018 | | 2017 | |
|--------------|---|--------------|---|--------------|
| | Antecipações de IRPJ não compensadas no próprio exercício | 3.025 | Antecipações de CSLL não compensadas no próprio exercício | 164 |
| Total | 3.189 | 3.189 | 164 | 3.961 |

12. Imobilizado de uso

Em 31 de dezembro de 2018 o imobilizado de uso apresenta a seguinte composição, tendo sido adotada a prática contábil descrita na nota 3g:

| | Taxa de depreciação % ao ano | | 2018 | | 2017 | |
|------------------------------------|------------------------------|-----------------------|---------------|---------------|--------|--|
| | Custo | Depreciação acumulada | Valor líquido | Valor líquido | | |
| Imóveis de uso | 3,33 | 35.074 | (7.444) | 27.630 | 28.616 | |
| Instalações, móveis e equipamentos | 10 | 4.351 | (4.042) | 309 | 656 | |
| Sistema de processamento de dados | 20 | 2.937 | (2.761) | 176 | 212 | |
| Outros | 10 | 116 | (100) | 16 | 23 | |
| Total | 42,478 | (14.347) | 28.131 | 29.507 | | |

13. Obrigações por repasse do país - Instituições oficiais

Os recursos internos para repasses representam, basicamente, captações de Instituições Oficiais (BNDES, FINAME, FINEP, CEF e FUNGETUR). Essas obrigações têm vencimentos mensais, exceto determinadas obrigações decorrentes de repasses para financiamentos rurais que têm vencimentos semestrais e anuais. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 0,50% ao ano a 7,70% ao ano, além das variações dos indexadores (TLP, TJLP, Dólar, Cesta de Moedas, SELIC, UPRD-P, IPCA, IPCA-M e INPC), e, (b) nas operações pré-fixadas de 0,50% ao ano até 14,24% ao ano. Os saldos estão sumarizados da seguinte forma:

| | 2018 | | | |
|---------------------|----------------|-------------------|----------------|------------------|
| | Até 3 meses | De 3 até 12 meses | Circulante | Total |
| BNDES | 58.151 | 171.728 | 229.879 | 861.745 |
| CEF | 489 | 1.520 | 2.009 | 23.823 |
| FINAME | 49.054 | 190.535 | 239.589 | 753.860 |
| FINEP | 545 | 1.960 | 2.505 | 16.006 |
| OUTRAS INSTITUIÇÕES | - | 203 | 203 | 10.225 |
| Total | 108.239 | 365.946 | 474.185 | 1.665.456 |

| | 2017 | | | |
|--------------|----------------|-------------------|----------------|------------------|
| | Até 3 meses | De 3 até 12 meses | Circulante | Total |
| BNDES | 59.074 | 197.288 | 256.362 | 990.267 |
| CEF | 455 | 1.417 | 1.872 | 25.832 |
| FINAME | 48.685 | 188.105 | 236.790 | 980.980 |
| FINEP | 504 | 1.549 | 2.053 | 9.799 |
| Total | 108.718 | 388.359 | 497.077 | 2.006.878 |

14. Outras obrigações - Sociais e estatutárias

O saldo em 31 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 1.181, refere-se à participação nos lucros e resultados - PLR, apurada de acordo com o disposto na Convenção Coletiva de Trabalho da FENABAN e no Acordo Coletivo de Trabalho assinado pelo Badesul para os exercícios de 2018/2019.

15. Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

| | 2018 | 2017 |
|--|--------------|--------------|
| Impostos e contribuições sobre o lucro pagar | 1.641 | - |
| Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros | 96 | 111 |
| Impostos e contribuições sobre salários | 1.139 | 1.091 |
| PIS, COFINS, ISSQN | 504 | 619 |
| Total | 3.380 | 1.821 |

16. Outras obrigações - diversas - provisão para contingências

| | Movimentação 2018 | | | |
|------------------------------|-------------------|--------------|------------------|---------------|
| | Saldo Inicial | Adições | Baixas/Reversões | Saldo Final |
| Natureza | | | | |
| Trabalhista (a) | 56.255 | 8.526 | (602) | 64.179 |
| Cível (b) | 304 | 877 | - | 1.181 |
| Provisão FGI (vide nota 25i) | 1.013 | - | (445) | 567 |
| Total | 57.572 | 9.403 | (1.047) | 65.928 |

| | Movimentação 2017 | | | |
|--|-------------------|--|--|--|
|--|-------------------|--|--|--|

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

17. Outras obrigações – diversas - provisão para garantias financeiras prestadas

| Natureza | Movimentação 2018 | | | |
|---|-------------------|--------------|-------------------|--------------|
| | Saldo Inicial | Adições | Baixas/ Reversões | Saldo Final |
| Outras fianças bancárias - cartas fiança (veja nota 25ii) | 17.072 | 9.416 | (19.397) | 7.091 |
| Total | 17.072 | 9.416 | (19.397) | 7.091 |

| Natureza | Movimentação 2017 | | | |
|--|-------------------|---------------|-------------------|---------------|
| | Saldo Inicial | Adições | Baixas/ Reversões | Saldo Final |
| Outras fianças bancárias - cartas fiança | 25.558 | 10.793 | (19.279) | 17.072 |
| Total | 25.558 | 10.793 | (19.279) | 17.072 |

18. Outras obrigações – diversas - passivos atuariais

| | Curto prazo | | Longo prazo | |
|---|-------------|------------|--------------|---------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Passivo c/plano de previdência complementar (c) | - | - | 6.326 | 9.312 |
| Passivo c/planos de saúde (d) | - | - | 2.264 | 2.369 |
| Passivo c/prêmio por aposentadoria (e) (*) | 832 | 658 | 1.071 | 1.579 |
| Total | 832 | 658 | 9.661 | 13.260 |

(*) Para efeito de publicação o saldo referente à provisão para prêmio por aposentadoria está segregado em curto e longo prazo, considerando a data esperada de elegibilidade de aposentadoria pelo critério do INSS (veja nota 18e).

a. Composição do passivo atuarial líquido

Para 31 de dezembro de 2018 foi procedida por atuariário independente, nova avaliação atuarial dos planos de benefício pós-emprego. Segue demonstração da posição do passivo atuarial líquido.

| | Planos de Previdência Complementar | | | | | Prêmio de aposentadoria (e) |
|---|------------------------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|--------------------|-----------------------------|
| | Plano PB1 (c.i) | Plano saldaado (c.ii) | Plano FBPREV I (c.iii) | Plano FBPREV II (c.iv) | Plano de saúde (d) | |
| Movimentação da Posição Líquida do Balanço | 31/12/2018 | 31/12/2018 | 31/12/2018 | 31/12/2018 | 31/12/2018 | 31/12/2018 |
| Valor presente das obrigações atuariais | 23.439 | 11.756 | 362 | 15.182 | 5.521 | 1.903 |
| Valor justo dos ativos do plano | (17.920) | (10.987) | (324) | (16.001) | (3.257) | - |
| Efeito do teto de ativos e passivos adicionais | - | - | - | 819 | - | - |
| Valor presente das obrigações a descoberto | 5.519 | 769 | 38 | - | 2.264 | 1.903 |
| Passivo atuarial líquido | 5.519 | 769 | 38 | - | 2.264 | 1.903 |

| | Planos de Previdência Complementar | | | | | Prêmio de aposentadoria (e) |
|---|------------------------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|--------------------|-----------------------------|
| | Plano PB1 (c.i) | Plano saldaado (c.ii) | Plano FBPREV I (c.iii) | Plano FBPREV II (c.iv) | Plano de saúde (d) | |
| Movimentação da Posição Líquida do Balanço | 31/12/2017 | 31/12/2017 | 31/12/2017 | 31/12/2017 | 31/12/2017 | 31/12/2017 |
| Valor presente das obrigações atuariais | 25.247 | 11.207 | 289 | 14.258 | 5.192 | 2.237 |
| Valor justo dos ativos do plano | (17.786) | (9.356) | (282) | (14.985) | (2.823) | - |
| Efeito do teto de ativos e passivos adicionais | - | - | 2 | 727 | - | - |
| Valor presente das obrigações a descoberto | 7.461 | 1.851 | - | - | 2.369 | 2.237 |
| Passivo atuarial líquido | 7.461 | 1.851 | - | - | 2.369 | 2.237 |

b. Movimentação do passivo atuarial reconhecido

| | Planos de Previdência Complementar | | | | | Prêmio de aposentadoria (e) |
|--|------------------------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|--------------------|-----------------------------|
| | Plano PB1 (c.i) | Plano saldaado (c.ii) | Plano FBPREV I (c.iii) | Plano FBPREV II (c.iv) | Plano de saúde (d) | |
| Passivo Atuarial em 31 de dezembro de 2017 | 7.461 | 1.851 | - | - | 2.369 | 2.237 |
| Despesa (receita) reconhecida no resultado (Ganho)/Perda reconhecidos em outros resultados abrangentes | (921) | (1.146) | (32) | (28) | (10) | - |
| Baixa por aposentadoria | - | - | - | - | - | (35) |
| Passivo (Ativo) atuarial líquido em 31 de dezembro de 2018 | 5.519 | 769 | 38 | - | 2.264 | 1.903 |

| | Planos de Previdência Complementar | | | | | Prêmio de aposentadoria (e) |
|--|------------------------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|--------------------|-----------------------------|
| | Plano PB1 (c.i) | Plano saldaado (c.ii) | Plano FBPREV I (c.iii) | Plano FBPREV II (c.iv) | Plano de saúde (d) | |
| Passivo Atuarial em 31 de dezembro de 2016 | 8.933 | 1.238 | 41 | 762 | 1.742 | 2.574 |
| Despesa (receita) reconhecida no resultado (Ganho)/Perda reconhecidos em outros resultados abrangentes | (2.261) | (46) | 65 | 129 | (84) | 102 |
| Baixa por aposentadoria | 789 | 659 | (106) | (891) | 711 | (439) |
| Passivo (Ativo) atuarial líquido em 31 de dezembro de 2017 | 7.461 | 1.851 | - | - | 2.369 | 2.237 |

(i) Para planos de previdência complementar

| | Planos de previdência complementar | | | | | | | |
|--|--|--|--------------------------|--------------------------|--|--|----------------------------------|----------------------------------|
| | Plano PB1 (c.i) | | Plano saldaado (c.ii) | | Plano FBPREV I (c.iii) | | Plano FBPREV II (c.iv) | |
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Premissas/Planos | | | | | | | | |
| Taxa real de desconto atuarial | 4,87% | 5,30% | 4,89% | 5,33% | 4,74% | 5,18% | 4,84% | 5,12% |
| Taxa real de retorno esperado sobre os Ativos | 4,87% | 5,30% | 4,89% | 5,33% | 4,74% | 5,18% | 4,84% | 5,12% |
| Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos | 3,04% | 3,04% | 0,00% | 0,00% | 6,46% | 6,46% | 4,28% | 4,28% |
| Taxa real de crescimento dos benefícios do plano durante o recebimento | 0,53% | 0,53% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Fator de capacidade sobre os salários | 98% | 98% | 100% | 100% | 98% | 98% | 100% | 100% |
| Fator de capacidade sobre os benefícios | 98% | 98% | 100% | 100% | 98% | 98% | 100% | 100% |
| Expectativa de inflação | 4,01% | 3,96% | 4,01% | 3,96% | 4,01% | 3,96% | 4,01% | 3,96% |
| Tábua de mortalidade geral | AT-2000 Basic (M/F) | AT-2000 Basic (M/F) | AT-2000 Basic (M/F) | AT-2000 Basic (M/F) | AT-2000 suavizada em 10% (M/F) | AT-2000 suavizada em 10% (M/F) | AT-2000 suavizada em 10% (M/F) | AT-2000 suavizada em 10% (M/F) |
| Tábua de mortalidade de inválidos | RRB-83 (-50%) | RRB-83 (-50%) | RRB-83 (-50%) | RRB-83 (-50%) | RRB-83 (-50%) | RRB-83 (-50%) | RRB-83 (-50%) | RRB-83 (-50%) |
| Tábua de entrada em invalidez | Light Forte (-60%) | Light Forte (-60%) | Light Fraca (-60%) | Light Fraca (-60%) | Light Forte (-60%) | Light Fraca (-60%) | Light Forte (-60%) | Light Fraca (-60%) |
| Tábua de rotatividade | Experiência Willis Towers Watson Modificada + 0,10 | Experiência Willis Towers Watson Modificada + 0,10 | Não utilizada | Não utilizada | Experiência Willis Towers Watson Modificada + 0,01 | Experiência Willis Towers Watson Modificada + 0,01 | Experiência Willis Towers Watson | Experiência Willis Towers Watson |
| Composição familiar | BaC: 74% casados e y=x-3 | BaC: 74% casados e y=x-3 | BaC: 74% casados e y=x-3 | BaC: 74% casados e y=x-3 | BaC: 74% casados e y=x-3 | BaC: 74% casados e y=x-3 | BaC: 74% casados e y=x-3 | BaC: 74% casados e y=x-3 |

| Duration | 2018 | | 2017 | |
|-----------------|------------|-----------|------------|------------|
| | | | | |
| Plano PB1 | 10,35 anos | 9,88 anos | 10,75 anos | 10,69 anos |
| Plano Saldaado | 8,28 anos | 8,01 anos | 8,28 anos | 8,01 anos |
| Plano FBPREV I | 9,87 anos | 7,27 anos | 9,87 anos | 7,27 anos |
| Plano FBPREV II | | | | |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

(ii) Para planos de saúde e prêmio de aposentadoria

| Premissas/Planos | Plano de saúde (d) | | Prêmio por aposentadoria (e) | | |
|--|---|---|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 | |
| Taxa real de desconto atuarial | 4,96% | 5,40% | 3,33% | 3,26% | |
| Taxa real de retorno esperado sobre os Ativos | 4,96% | 5,40% | 3,33% | 3,26% | |
| Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos HCCTR (real) | 4,28% | Conforme plano de aposentadoria em que o empregado está vinculado | 4,28% | 4,28% | |
| Fator de capacidade sobre os salários | 3,50% | 3,50% | - | - | |
| Fator de capacidade sobre os benefícios | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Expectativa de inflação | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Tábua de mortalidade geral | 4,01% | 3,96% | 4,01% | 3,96% | |
| Tábua de mortalidade de inválidos | AT-2000 suavizada em 10% (M/F) | AT-2000 suavizada em 10% (M/F) | AT-2000 suavizada em 10% (M/F) | AT-2000 suavizada em 10% (M/F) | |
| Tábua de entrada em invalidez | RRB-83 (-50%) Light Forte (-60%) | RRB-83 (-50%) Light Forte (-60%) | RRB-83 (-50%) Light Forte (-60%) | RRB-83 (-50%) Light Forte (-60%) | |
| Tábua de rotatividade | Experiência Willis Towers Watson ajustada experiência patrocinadores + 125% | Experiência Willis Towers Watson ajustada experiência patrocinadores + 125% | Não utilizado | Não utilizado | |
| Composição familiar | Família Efetiva - Cadastro | Família Efetiva - Cadastro | Não utilizado | Não utilizado | |
| | | | | 2018 | 2017 |
| Plano de saúde | | | | 13,94 anos | 13,38 anos |
| Prêmio por aposentadoria | | | | 2,04 anos | 1,87 anos |

(iii) Plano de saúde - custo assistencial

Para fins de avaliação em 31 de dezembro de 2018 os custos dos planos médico-hospitalares foram projetados conforme as despesas médias anuais dos planos por se tratar de planos mutualísticos, sendo que o crescimento das despesas médias foi projetado conforme premissa de HCCTR. Para o programa de auxílio medicamento (PRONED) os custos projetados consideram o perfil das despesas do programa conforme faixa etária dos participantes, dado que o subsídio financeiro oferecido no programa é integralmente custeado pelas mantenedoras conforme despesas efetivamente realizadas pelos ex-empregados vinculados a cada uma.

| | Custo médio/Ano (Em Reais) 2018 | 2017 |
|--------------------------------------|---------------------------------|----------|
| Custo médio PAMES (PAM027) | 4.668,31 | 4.242,29 |
| Custo médio PAMPA (PAM019) | 270,43 | 262,04 |
| Custo FAR200: conforme tabela abaixo | - | - |

| Faixas Etárias | Custo médio (Em Reais) | |
|----------------|------------------------|--------|
| | 2018 | 2017 |
| 0 a 17 anos | 0,00 | 0,00 |
| 18 a 29 anos | 90,08 | 119,42 |
| 30 a 39 anos | 96,41 | 129,75 |
| 40 a 49 anos | 139,50 | 157,95 |
| 50 a 59 anos | 509,61 | 464,50 |
| 60 a 69 anos | 765,96 | 847,37 |
| 70 anos ou + | 575,58 | 520,83 |

g. Análise de sensibilidade

O item 145 do Pronunciamento Técnico CPC 33(R1) dispõe sobre a necessidade de apuração e divulgação de dados da análise de sensibilidade para premissas atuariais significativas. A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade das premissas atuariais mais relevantes, com variações razoavelmente possíveis na data da avaliação atuarial, para os planos de previdência complementar.

Análise de sensibilidade - impacto nas obrigações apurado em 31 de dezembro de 2018.

| | Plano PB1 | | Plano Saldado | | Plano FBPREV I | | Plano FBPREV II | |
|-----------------------------|-----------|--------|---------------|--------|----------------|--------|-----------------|--------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Taxa de desconto | | | | | | | | |
| Aumento de 0,5% | (1.271) | (5,42) | (607) | (5,17) | (14) | (3,91) | (516) | (3,40) |
| Redução de 0,5% | 1.350 | 5,76 | 663 | 5,64 | 15 | 4,19 | 555 | 3,66 |
| Expectativa de vida | | | | | | | | |
| Aumento de 1 ano | 482 | 2,06 | 256 | 2,18 | 19 | 5,17 | 337 | 2,22 |
| Redução de 1 ano | (484) | (2,06) | (262) | (2,23) | (17) | (4,68) | (340) | (2,24) |
| Crescimento salarial | | | | | | | | |
| Aumento de 0,5% | - | - | - | - | 14 | 3,84 | 408 | 0,00 |
| Redução de 0,5% | - | - | - | - | (13) | (3,62) | (402) | 0,00 |

h. Alocação de capital

Segue demonstrada a composição dos Ativos, avaliados a valor justo em 31 de dezembro de 2018.

| | Planos de Previdência Complementar | | | |
|---------------------------------------|------------------------------------|---------------|----------------|-----------------|
| | Plano Saldado | Plano PB1 | Plano FBPREV I | Plano FBPREV II |
| Caixa e equivalentes de caixa | 366 | 1.613 | 23 | 745 |
| Instrumentos patrimoniais | 5.955 | 9.291 | 172 | 7.570 |
| Instrumentos de dívida | 808 | 1.333 | 29 | 811 |
| Imóveis | 291 | 549 | - | 220 |
| Fundos de investimento | 3.567 | 5.134 | 57 | 6.380 |
| Fundo de oscilação mantido pelo plano | - | - | 43 | 275 |
| Total | 10.987 | 17.920 | 324 | 16.001 |

19. Outras obrigações - diversas - credores diversos

| | 2018 | 2017 |
|---|---------------|---------------|
| Financiamentos a liberar para clientes dos fundos administrados (*) | 7.384 | 2.764 |
| Financiamentos a liberar com recursos de fundos públicos federais | 42.341 | 6.059 |
| Cobrança (valores a processar) | 635 | 866 |
| Recebimento dos fundos administrados (*). | 5 | 5 |
| Fornecedores | 1.501 | 1.060 |
| Outras | 394 | 397 |
| Total | 52.255 | 11.151 |

(*) Os procedimentos de gestão desses estados são descritos na nota 28b, que tem como única exceção àquele nota, a escrituração contábil em contas patrimoniais além de em contas de compensação, devido a esses recursos transitarem em conta corrente do Badesul.

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o Capital Social da Instituição no valor de R\$ 756.343 (R\$ 756.343 em 2017), representado por 756.343.248 ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 cada uma, pertencentes integralmente a acionistas domiciliados no País.

b. Reserva de lucros

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social, depois da compensação de prejuízos acumulados.

A reserva para incentivos fiscais foi constituída em 30/06/2014 por parcela do lucro líquido decorrente de doações recebidas, conforme regulamentação em vigor. Em 31/12/2014 esta reserva foi revertida tendo em vista não haver lucro suficiente. A proposta da Administração é de que seja constituída esta reserva em exercícios

subsequentes quando o lucro, antes de sua distribuição, comportar o valor da parcela referente à doação recebida, visando à manutenção da condição de não tributação da receita reconhecida no exercício de 2014.

c. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social do Badesul prevê distribuição de dividendos aos acionistas até o limite de 6% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da lei societária, não havendo previsão estatutária para distribuição em períodos intermediários. Não é permitida a distribuição de dividendos antes da absorção de prejuízos acumulados, sendo que, no caso do Badesul, além desta condição deve ser observado o citado na nota "b" acima, a respeito da reserva para incentivos fiscais. No período correspondente a estas demonstrações financeiras não houve distribuição de dividendos nem de juros sobre o capital próprio.

d. Ajustes de avaliação patrimonial

Conforme dispõe a Carta-Circular do BACEN nº 3.729, de 08 de outubro de 2015, são reconhecidos os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes de renovações atuariais e respectivos efeitos tributários, sendo estes os únicos valores registrados nesta rubrica até esta data.

21 Capital regulamentar

O BACEN, em consonância com as diretrizes do Acordo de Capital - Basileia III, estabeleceu para vigência a partir do exercício de 2016, os índices mínimos de capital equivalentes à relação entre o patrimônio de referência (PR) e os ativos ponderados pelo risco (RWA) de no mínimo 9,875%, reduzindo gradualmente até 8,0% em 01 de janeiro de 2019. Também é requerido o cumprimento de um adicional de capital principal (ACP), que corresponde à soma das parcelas ACP conservação, ACP contraciclico e ACP sistêmico, que em conjunto com os índices mínimos de capital, aumentam as exigências de capital ao longo do tempo. Atualmente, o valor apurado para o ACP conservação e para o ACP contraciclico corresponde a 1,875% respectivamente. O ACP sistêmico não é exigido para as agências de fomento, logo não se aplica ao Badesul. A tabela a seguir demonstra a composição do patrimônio de referência, o patrimônio de referência mínimo requerido e o índice de Basileia, apurados de acordo com as normas do BACEN.

| | 2018 | 2017 |
|---|------------------|------------------|
| Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo risco | | |
| De crédito | 2.468.856 | 312.348 |
| De mercado | 34.787 | 312.348 |
| Operacional | 312.348 | 312.348 |
| Ativos Ponderados pelo Risco | 2.815.992 | 2.815.992 |
| Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA | 242.879 | 242.879 |
| ACP conservação | 52.800 | 52.800 |
| ACP contraciclico | 52.800 | 52.800 |
| Patrimônio de Referência | 553.975 | 553.975 |
| Margem | 205.495 | 205.495 |
| Índice de Basileia | 19,67% | 19,67% |

| | 2018 | 2017 |
|---|------------------|------------------|
| Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo risco | | |
| De crédito | 2.615.245 | 5.682 |
| De mercado | 5.682 | 401.728 |
| Operacional | 401.728 | 401.728 |
| Ativos Ponderados pelo Risco | 3.022.655 | 3.022.655 |
| Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA | 279.596 | 279.596 |
| ACP conservação | 37.783 | 37.783 |
| ACP contraciclico | 37.783 | 37.783 |
| Patrimônio de Referência | 539.920 | 539.920 |
| Margem | 198.052 | 198.052 |
| Índice de Basileia | 17,86% | 17,86% |

22 Imposto de renda e contribuição social

| | 2º Semestre 2018 | Exercício 2018 | Exercício 2017 |
|--|------------------|----------------|-----------------|
| Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações | 9.804 | 11.322 | 47.707 |
| Participações no lucro | (2.364) | (2.364) | (2.121) |
| Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos | (6.472) | 12.295 | (35.423) |
| Diferenças Temporárias | (6.491) | 12.153 | (35.494) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (26.225) | (23.306) | (26.616) |
| Rendas a apropriar em atraso | 16.281 | 26.787 | 19.610 |
| Rendas decorrentes de ganhos em renegociações | 3.580 | 11.493 | 4.093 |
| Provisões para contingências | (417) | (1.626) | (29.375) |
| Outras provisões | 468 | (839) | (2.851) |
| Depreciação | (178) | (356) | (356) |
| Diferenças Permanentes | 18 | 142 | 71 |
| Despesas não dedutíveis | 18 | 142 | 71 |
| Base de cálculo do IR e CS | 968 | 21.253 | 10.163 |
| Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% respectivamente (Nota 3k) | (451) | (9.563) | (4.539) |
| Incentivos fiscais | 20 | 168 | 92 |
| Total da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos | 431 | (9.395) | (4.447) |
| Constituição de créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 9) | (6.833) | 17.959 | (27.150) |
| Imposto de renda e contribuição social na demonstração de resultado | (7.264) | 8.564 | (31.597) |

23 Outras despesas administrativas

Segue demonstrada a variação das despesas administrativas

| | 2º Semestre 2018 | Exercício 2018 | Exercício 2017 |
|----------------------------------|------------------|----------------|----------------|
| Água, energia e gás | 407 | 862 | 714 |
| Comunicação | 65 | 139 | 145 |
| Manutenção e conservação de bens | 726 | 1.383 | 1.480 |
| Processamento de dados | 2.837 | 5.607 | 5.048 |
| Publicidade e propaganda | 585 | 976 | 957 |
| Serviços do sistema financeiro | 404 | 803 | 823 |
| Serviços de terceiros | 731 | 1.689 | 1.844 |
| Serviços técnicos especializados | 783 | 1.840 | 654 |
| Transporte | 20 | 57 | 52 |
| Viagem | 130 | 310 | 334 |
| Emolumentos cartoriais | 39 | 108 | 2.116 |
| Depreciação e amortização | 715 | 1.430 | 1.617 |
| Outras | 992 | 2.359 | 1.177 |
| Total | 8.434 | 17.563 | 16.961 |

24 Outras receitas operacionais

Segue demonstrada a variação das outras receitas operacionais

| | 2º Semestre 2018 | Exercício 2018 | Exercício 2017 |
|--|------------------|----------------|----------------|
| Recuperação de encargos e despesas. Reversão provisão p/planos de benefícios pós-emprego | 69 | 114 | 193 |
| Reversão de provisão contingência trabalhista | 571 | 2.062 | 2.391 |
| Reversão de provisão contingência civil | - | - | 16.987 |
| Reversão de provisão para perda com garantias financeiras prestadas | 10.078 | 19.397 | 19.279 |
| Encargos (atualização depósitos judiciais e outros) | 555 | 1.116 | 1.359 |
| Reversão provisão FGI (i) | - | 445 | 7.068 |
| Honorários de sucumbência | 1.174 | 2.142 | - |
| Outras | 156 | 288 | 125 |
| Total | 12.603 | 25.564 | 47.481 |

(i) Até 30/06/2016, em atendimento à orientação do Banco Central do Brasil, era reconhecida provisão para contingência na extensão da obrigação assumida sempre que havia adiantamento de honra por parte do Fundo Garantidor para Investimentos (FGI), sendo a mesma ajustada quando da efetiva recuperação do crédito coberto por esse Fundo. Em 2017 foi realizada reversão da provisão mantendo contabilizado somente montante classificado como de perda provável.

25 Outras despesas operacionais

Segue demonstrada a variação das outras despesas operacionais.

| | 2º Semestre 2018 | Exercício 2018 | Exercício 2017 |
|--|------------------|----------------|----------------|
| Despesa com provisão p/planos de benefícios pós-emprego | 651 | 809 | 193 |
| Despesa com provisão p/contingências trabalhistas | 5.136 | 8.526 | 4.144 |
| Despesa com provisão para contingências civis | 664 | 877 | 202 |
| Despesa com provisão p/garantias financeiras prestadas (i) | 4.025 | 9.416 | 10.794 |
| Despesa com programa especial de desligamento incentivado | - | - | 437 |
| Outras | 176 | 515 | 126 |
| Total | 10.652 | 20.143 | 15.896 |

(i) É reconhecida provisão para cobrir eventuais riscos de desembolsos futuros para honrar cartas fiança concedidas. A metodologia adotada para apuração do valor a reconhecer é a mesma utilizada na mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa da carteira de crédito ativa. Vide Nota 28a.

26 Transações com partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins desta nota, as seguintes Instituições: Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Fundação Banrisul de Seguridade Social, Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Diretores, Conselho de Administração e Conselho Fiscal e alta gerência e assessores do Badesul.

| | Obrigações 2018 | Receitas 2018 | Despesas 2018 |
|--|-----------------|---------------|---------------|
| Rendas por administração de fundos (nota 28b) | (4.840) | 10.296 | - |
| Contratação de serviços especializados | 286 | - | 604 |
| Remuneração do pessoal chave de administração (*) | - | - | 7.894 |
| Ressarcimento de despesas - funcionários cedidos | (41) | - | - |
| Despesa de pessoal - funcionários adidos | 28 | - | 321 |
| Outros valores a ressarcir | (852) | - | - |
| FBS - Fundação Banrisul de Seguridade Social (**) | - | - | 2.325 |
| CABERGS - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (**) | - | - | 1.035 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Em Milhares de Reais)

| | 2017 | | |
|--|--------------------------|----------|----------|
| | (Direitos) Obrigações | Receitas | Despesas |
| Rendas por administração de fundos..... | 304 | 9.657 | - |
| Contratação de serviços especializados | - | - | 315 |
| Remuneração do pessoal chave da administração (*)..... | - | - | 943 |
| Ressarcimento de despesas - funcionários cedidos..... | (25) | - | - |
| Despesa de pessoal - funcionários adidos | - | 28 | 158 |
| Outros valores a ressarcir..... | (615) | - | - |
| FBSB - Fundação Bannissul de Seguridade Social (**) | - | - | 1.981 |
| CABERGS - Caixa de Assistência dos Empregados do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (***)..... | 55 | - | 1.096 |

(*) Refere-se ao total da remuneração acrescida dos benefícios oferecidos para o pessoal chave da Administração (Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal), e, a partir de política interna instituída no primeiro semestre de 2018, são considerados também como pessoal chave da administração a alta gerência e assessores.

(**) O Badesul é patrocinador de planos de benefícios pós-emprego oferecidos aos seus empregados, os quais são administrados por essas instituições.

27 Gestão de riscos

A gestão de riscos do Badesul atende às exigências normativas e aos níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais o Badesul está exposto. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todos as áreas do Badesul em um processo contínuo de otimização da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos. O relatório de gestão de riscos está disponibilizado no site www.badesul.com.br. A partir de fevereiro de 2018 a Resolução CMN nº 4.557 normatiza as estruturas de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de gerenciamento contínuo de capital, revogando as resoluções anteriores.

O Badesul identifica, avalia, monitora e controla a exposição aos riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e o acompanhamento. Síntese das ações desenvolvidas no âmbito da gestão de riscos.

Risco de mercado

A política do Badesul é de manter seus ativos financeiros até o vencimento. Desse modo, o Badesul não tem uma carteira de negociação e o seu risco de mercado é significativamente reduzido.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, existe política definida para a gestão do risco de crédito, com metodologia e procedimentos implantados e descritos em manuais internos, os quais são periodicamente revisados. Esse é o maior risco ao qual o Badesul está exposto. O monitoramento e controle ocorrem por meio da mensuração dos níveis de exposição de risco das operações e consequentes níveis de provisionamento, além de outros indicadores.

Risco operacional

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida, revisada periodicamente, contempla a visão gerencial e a cultura de controles, reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle.

Para apurar a parcela dos requerimentos mínimos de capital referente ao risco operacional foi adotada a Abordagem do Indicador Básico. A parcela RWAPAD serve como fator de monitoramento deste risco.

Gerenciamento de capital

No Badesul o gerenciamento do capital é realizado a partir do controle e monitoramento da margem, ou da insuficiência de margem, para o Limite de Basileia, apurada a partir da identificação dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência, Nível I e Capital Principal, e IRRBB (risco da variação das taxas de juros dos instrumentos classificados na carteira bancária).

Risco de Liquidez

Internamente, as políticas de gerenciamento de riscos contemplam o plano de contingência de liquidez. Os principais fatores que influenciam a liquidez, segundo as características operacionais, são a inadimplência, as letras financeiras do tesouro (LFT) e o fluxo de caixa, sendo estes, alvo de monitoramento permanente. Adicionalmente, a maioria das operações de crédito do Badesul tem taxas "casadas" no ativo e no passivo, decorrente de operações de repasses.

Risco Sociambiental

A Resolução CMN nº 4.327, de 25 de abril de 2014, publicada pelo Banco Central do Brasil, estabelece que as instituições financeiras devem implementar uma política de responsabilidade sociambiental, contemplando diretrizes sobre as ações estratégicas relacionadas à sua governança, inclusive para fins do gerenciamento do risco sociambiental. O risco sociambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para as instituições financeiras, decorrentes de danos

sociambientais, que, por sua vez, são relacionados com poluição, danos à saúde humana, segurança, impactos em comunidades e ameaças à biodiversidade.

28 Compromissos e responsabilidades

a. Coobrigações por garantias prestadas

O Badesul concedeu cartas de fiança a mutuários do BNDES e da FINEP, cujos contratos prevêm encargos financeiros e contam com garantias constituídas pelos beneficiários, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 está representado por R\$ 26.211 (R\$ 45.442 em 2017).

b. Gestão de recursos de terceiros

O Badesul por determinação legal (leis e decretos estaduais) executa a gestão financeira de recursos de diversos Fundos de Desenvolvimento do Estado do RS. Na qualidade de gestora e mandatária desses recursos, conforme estabelecido na legislação de cada Fundo e nos respectivos convênios operacionais, a responsabilidade do Badesul está limitada tão-somente à correta aplicação dos recursos de acordo com os respectivos normativos, correndo o risco de crédito das operações inteiramente por conta do Estado do Rio Grande do Sul. Os valores correspondentes aos recursos administrados são controlados em contas de compensação, que em 31 de dezembro de 2018, representam o montante de R\$ 2.618.149 (R\$ 2.975.403 em 2017). Em contrapartida à prestação dos serviços de administração dos recursos o Badesul é remunerado de acordo com critérios estabelecidos nos respectivos convênios operacionais formalizados com as Secretarias de Estado às quais os Fundos estão vinculados. A remuneração, a título de taxa de administração dos Fundos, representou no exercício de 2018 R\$ 10.296 (R\$ 9.657 em 2017).

29 Outras informações

A Lei Estadual nº 11.916, de 02 de junho de 2003, alterada pela Lei Estadual nº 13.708, de 06 de abril de 2011, estabelece autorização ao Poder Executivo para destinar ao aumento do capital social do Badesul o montante equivalente a 30% dos retornos das operações de financiamento do FUNDOPEM. Em 25 de setembro de 2015 foi publicada a Lei Estadual nº 14.744, a qual promoveu alteração na redação da Lei nº 11.916, antes referida, suprimindo o dispositivo autorizativo que havia para a realização de aumentos do capital social do Badesul mediante a utilização dos recursos dos retornos do FUNDOPEM. Restou pendente de capitalização o montante de R\$ 26.735 (valor nominal), que corresponde ao período compreendido entre o último aumento de capital realizado até o mês de setembro de 2015. Ao longo do exercício de 2018 tratativas entre as partes envolvidas evoluíram, visando dar início ao processo de capitalização do Badesul.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do CONSELHO FISCAL BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao segundo semestre e exercício de 2018, compreendendo as Notas Explicativas, Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado, das Mutações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, todas comparativas ao exercício de 2017. Da análise procedida, bem como do acompanhamento efetuado ao longo do período e das considerações apresentadas pelas áreas técnicas e pela Auditoria Interna e do Relatório dos Auditores Externos, o Conselho Fiscal entende que as demonstrações financeiras refletem, adequadamente, a posição patrimonial e econômico-financeira da empresa em 31 de dezembro de 2018.

Porto Alegre, 15 de março de 2019.

Adriana Furlanetto
Presidente

Silvio Vares Neto
Vice-Presidente

Antonio Guido Classmann
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, com base no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes - e nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, aprovou as Demonstrações Financeiras elaboradas em 31/01/2019, compreendendo: Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas referentes ao segundo semestre e exercício de 2018, todas comparativas com o exercício de 2017.

Porto Alegre, 15 de março de 2019.

Ricardo Englert
Presidente

Cintia Michelle Trevisan
Conselheira

Fernando Luz Lehnen
Vice-Presidente

João Silla Lopes de Almeida
Conselheiro

Robson Luis Zinn
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Jeannette Halmschlagler Lontra
Diretora Presidente, acumulando a Diretoria de Operações

José Claudio Silva dos Santos
Diretor Vice-Presidente

Kaili Sebhe Neto
Diretor Financeiro,
Responsável pela Área Contábil

Rosane Nunes
Contadora CRC/RS 48702/O-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e ao acionista do Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS Porto Alegre – RS

Examinamos as demonstrações financeiras do Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS ("Badesul"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Badesul Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Badesul, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com os princípios éticos relevantes que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado e demonstrado nas notas explicativas nº 3 (d e e) e 6, as operações de crédito são classificadas em níveis de risco de acordo com o julgamento da Administração, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Devido a relevância das operações de crédito e ao grau de julgamento relacionado à definição dos níveis de risco de crédito e do cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

Como auditoria endoreceu esse assunto

Avaliamos o desvio dos controles internos julgados como chave e relacionados aos processos internos de aprovação, registro e classificação das operações quanto ao seu nível de risco. Avaliamos a razoabilidade dos julgamentos utilizados pela Administração do Badesul na definição das principais premissas utilizadas na atribuição dos níveis de risco de crédito para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa e testamos a exatidão aritmética desse cálculo. Avaliamos, com base em amostragem, se o Badesul atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN, relacionados à apuração da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa e avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa e as divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Projeção de resultados para a realização de ativos fiscais diferidos

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3 (k) e 9, o Badesul possui ativos

fiscais diferidos (créditos tributários) provenientes de diferenças temporárias, cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros e que estão suportados por projeção de resultados elaborado pela Administração e aprovado por seu Conselho de Administração. Para efeito de projeção de resultados, a Administração adota premissas baseadas no cenário macroeconômico do Brasil, suas próprias estratégias, seu desempenho atual e passado, entre outras informações. Devido às incertezas e julgamentos envolvidos na determinação das premissas utilizadas na projeção dos resultados que suportam a manutenção desse ativo e pelo impacto que eventuais alterações nessas premissas poderiam gerar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como auditoria endoreceu esse assunto

Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pelo Badesul em seu orçamento/plano de negócios, comparamos certos dados, quando disponíveis, com outras fontes externas, efetuamos teste de recálculo das projeções baseadas em tais premissas e avaliamos se as condições para registro desses ativos atendiam às diretrizes da regulamentação vigente emitidas pelo Banco Central do Brasil. Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pelo Badesul nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis as projeções de resultados, as quais são base para o registro dos ativos fiscais diferidos, e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração do Badesul é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Badesul continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Badesul ou alterar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Badesul são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria

contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtém os entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Badesul.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se há evidências de auditoria em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Badesul. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Badesul a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-0114428/F-7

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Porto Alegre, 15 de março de 2019.